

Uma aplicação concreta da teoria narrativista na pesquisa histórica: a chacina dos turmeiros em Catalão

Eliézer Cardoso de Oliveira¹²

O elemento comum que permeia as matrizes teóricas da História a partir da segunda metade do século XX é a preocupação, cada vez mais acentuada, com a linguagem. Esta inserção no universo lingüístico provocou reações duras de historiadores vinculados às matrizes teóricas mais antigas, para quem o flerte ou casamento, dependendo de cada caso, entre História e a linguagem representava, para a primeira, abdicar-se de sua pretensão de ser um conhecimento objetivo, científico, realista, capaz de guiar a humanidade em direção a um futuro melhor ou, ao menos, mostrar alternativas plausíveis de futuro. Esta avaliação – em geral correta – serviu de mote para acusações, muitas vezes exageradas, contra estas tendências: "irracionalistas", "pós-modernas", "relativistas", "migalhas". Independente do mérito, estas acusações, em alguns casos, serviram para obscurecer as valiosas contribuições que uma aproximação com a linguagem possibilita aos estudos históricos. Críticas baseadas em pressupostos epistemológicos, gnoseológicos, filosóficos e ideológicos têm o efeito, nada salutar, de provocar naqueles que estão iniciando sua formação acadêmica em História o sentimento de que as tendências "pós-modernas" não podem ou não servem para ser utilizadas, de maneira alguma, na pesquisa histórica. De modo contrário, este texto parte do pressuposto de que, por mais defasada que uma matriz teórica da História esteja do presente (como a Escola Metódica do século XIX, por exemplo), ela sempre terá algo a oferecer à pesquisa histórica.

Diante disso, o objetivo deste texto é o de mostrar, através de um exemplo concreto, as contribuições dos chamados "narrativistas"¹³ para a compreensão histórica. Trata-se de um triste acontecimento ocorrido em fevereiro de 1916 na cidade de Catalão, Goiás, conhecido como "A chacina dos turmeiros". A análise do fato parte do pressuposto de que é impossível conhecê-lo tal como ele realmente ocorreu. O que se tem são apenas versões sobre o acontecido, comprovando a tese de Foucault de que os objetos históricos não existem; só existem discursos¹⁴. Isso não significa negar a realidade da chacina, mas sim que o material disponível aos historiadores para reconstituí-la numa narrativa ou para analisá-la são apenas "leituras" de pessoas que presenciaram ou foram informadas sobre a tragédia.

É por isso que Paul Ricoeur (1989: 185-199), dentre outros, defende que a "ação sensata", isto é, a cultura, pode ser tratada como um texto. Considerar a cultura como texto possibilita fazer recortes, separar e justapor, relacionar partes com o todo e vice-versa. No caso em questão, estas contribuições estarão presentes, ao dividir todos os complexos acontecimentos que envolvem a "chacina dos turmeiros", à maneira de uma peça teatral, em três atos, correspondendo a "noite de 02

¹² Professor do curso de História da UEG – Anápolis. Mestre em História pela UFG e Doutor em Sociologia pela UnB.

¹³ Os narrativistas são aqueles que valorizam especialmente o papel ativo da escrita na teoria da História. As posições deles quanto a esse assunto são múltiplas, variando de um "radical" como Hayden White, para quem a História é quase uma literatura até um mais comedido como Jörg Rüsen, que concilia a atenção pela narrativa com a defesa da cientificidade da História. Outros nomes importantes são: Paul Veyne, Peter Burke, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, etc.

¹⁴ Foucault (1997) foi o primeiro a chamar a atenção para o fato de que os objetos históricos não podem ser conceitualizados em termos universais e transcendentais. O Estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a alma e a economia não são objetos estáveis, mas discursos. Daí deriva o fato deles serem considerados como um monumento, isto é, deve ser analisado em sua exterioridade (o discurso sempre é aquilo que se diz), o que explica o nome *Arqueologia* dado por Foucault à procura de discursos diferentes, silenciados e raros.

de fevereiro", "a noite de 3 de fevereiro" e a "madrugada de 4 de fevereiro". Isso equivale considerar que o historiador destaca (recorta) o fato de seu contexto "natural", dividindo-o em partes inteligíveis, numa sequência de início, meio e fim.

Cada uma das partes (atos) do acontecimento terão três versões, escritas na década de 1980, tendo como base a memória ou a pesquisa histórica documental: duas narrativas de dois memorialistas – Cornélio Ramos e Livertino Leão – e uma narrativa de um historiador acadêmico – Juarez Barbosa. Este expediente segue a proposta de Peter Burke de "ser possível tornar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais de um ponto de vista" (Burke, 1992: 336). Mas o objetivo principal não é apenas o de mostrar as "múltiplas vozes" sobre o passado, mas o de evidenciar que as pequenas diferenças existentes entre elas provocam sensíveis modificações no enredo e são deveras significativas na compreensão do evento.

O massacre dos turmeiros em Catalão

Ato 1: (noite de 2 de fevereiro de 1916)

CORNÉLIO RAMOS: uma mulher, amante do comandante do destacamento policial, conhecida por "Sana", estava na sua residência, "em trajes menores pintando o rosto e penteado o cabelo", com a janela aberta para a rua, "expondo provocadoramente aos olhos dos transeuntes", quando foi vista por dois ferroviários e um deles a dirigiu um galanteio inoportuno. A mulher o chamou de "porco" e "maloqueiro". Enfurecido, ele "arrebentou a porta com um pontapé", agrediu-a, mas ela reagiu e conseguiu fugir, mas foi morta "por vários projéteis". (Ramos, 1984: 42).

LIVERTINO LEÃO: Numa noite de "farras e turbulências", alguns "homens rudes e embriagados foram à casa de uma viúva, apelidada de Santa ("se era mesmo santa não vem o caso"), que "apavorada com as insistentes batidas daqueles homens", fugiu. Um deles gritou-a "pelo nome" para que não corresse, mas não foi atendido: "um, dois, três tiros secos estalaram na escuridão!". (Leão Apud Barbosa, 1994: 138).

JUAREZ BARBOSA: Seis ou sete trabalhadores assassinaram uma mulher, conhecida por "Santa", "uma prostituta", amante do delegado ou, talvez de Isaac da Cunha, filho de um homem com prestígio político. (Barbosa, 1994: 256).

ANÁLISE: A narrativa de Cornélio Ramos ameniza a atitude criminosa dos ferroviários (ele evita o termo depreciativo "turmeiro"), ao apresentar "Sana", como uma pessoa imoral e desbocada. Em contrapartida, Leão descreve negativamente os trabalhadores: homens rudes e turbulentos, enquanto é discreto sobre a vida íntima de "Santa", (apresentada como viúva, não amante), uma mulher indefesa atacada por um "bando de homens" (não dois). Já a descrição lacônica de Barbosa é favorável aos trabalhadores, descritos sem adjetivos, em detrimento de "Santa", adjetivada de prostituta e amante.

Ato 2: (noite de 3 de fevereiro de 1916)

CORNÉLIO RAMOS: Isaac da Cunha, "amigo do comandante do destacamento", mandou a polícia buscar o criminoso. Mas os trabalhadores, temerosos da vingança, resistiram, "houve tiroteio e um soldado tombou morto na contenda". (Ramos, 1984: 42).

LIVERTINO LEÃO: As investigações realizadas pelo delegado, "um alferes de polícia apelidado de Suã de Vaca", por ser feio e alto, concluíram sobre a culpabilidade dos "turmeiros" (foram vistos rodando a casa da vítima na noite do crime). O delegado, "procurou-se entender" com o chefe dos trabalhadores, o feitor Alcides, que "tinha mais de 500 homens sob suas ordens"; já "o destacamento policial não passava de 10 praças". O feitor mandou dizer ao delegado que fosse

buscar os criminosos no acampamento, situado a uns dois ou três quilômetros da cidade, mas quando o delegado lá chegou, com apenas 2 praças, “foi recebido por uma saraivada de balas” que saíam das “cafuas” dos turmeiros.

JUAREZ BARBOSA: A polícia, mostrando uma disposição incomum, procurou prender os culpados. O alferes Mendonça fez um acordo com o “administrador de serviço da estrada de ferro”, em que foi definido um local para entrega dos operários envolvidos. A polícia, juntamente com civis, sob a direção de Isaac da Cunha, foi ao acampamento, situado a um quilômetro da cidade, e prendeu dois operários (ao que parece inocentes), em seguida fuzila o acampamento. Os operários, “que contavam com quatro carabinas” repeliram o ataque. (Barbosa, 1994: 256).

ANÁLISE: Ramos mostra os interesses pessoais interferindo na atitude dos policiais, e justifica a resistência dos trabalhadores. Leão descreve os “turmeiros” negativamente: traição do feitor (termo que lembra capataz), cilada, covardia (500 contra apenas 2 e ressalta a atitude contemporizadora da polícia). Barbosa, além de ironizar a falta de eficiência da polícia, mostra-a como traidora do acordo feito com o “administrador” (não feitor!), destaca sua atitude agressiva e a inferioridade em armas dos operários diante da força policial.

Ato 3 (madrugada de 4 de fevereiro de 1916)

CORNÉLIO RAMOS: a polícia, juntamente com “jagunços”, de manhã, obstruiu a linha de ferro, obrigando o trem de serviço, “cheio de trabalhadores e ferramentas” a parar. “De surpresa, sem dar tempo para qualquer reação”, a polícia e os jagunços “descarregaram as suas armas sobre os ferroviários”, “matando 12 na hora, inclusive quatro menores”; outros ficaram gravemente feridos e “foram transportados com a ajuda da população” para um hospital improvisado num colégio. Os “criminosos” dispersaram-se, nada lhes acontecendo, “pois estavam acobertados pela proteção política e policial”. (Ramos, 1984: 43).

LIVERTINO LEÃO: O alferes “não foi novamente ao acampamento como supunham seus adversários”, esperando-os com o destacamento “agora crescido de vários paisanos”, num trecho da ferrovia, o qual foi interrompido com dormentes. Quando o maquinista parou, “um praça levantou-se da trincheira e intimou, em nome da autoridade”, para que entregassem os homens procurados. Como resposta, recebeu de um dos suspeitos, um tiro de pistola, matando-o. “Sem mais uma advertência, uma saraivada de balas caiu sobre os turmeiros que viajavam nos lastros, inteiramente descobertos e sem nenhuma proteção”; “com dezenas de mortos e feridos, inclusive crianças”, os sobreviventes retornaram à estação.

JUAREZ BARBOSA: Um “grupo de homens”, bêbados, assalta um comerciante, roubando-lhe toda a munição. De madrugada organiza uma emboscada para os trabalhadores, obstruindo a linha de trem. Na manhã ainda escura, 86 trabalhadores, trazendo uma “parafernália de pesadas ferramentas” que judiavam todo o corpo e dilaceravam as suas grossas mãos, dirigiam-se para mais um “dia de pesado trabalho”. De repente, “sem nenhum aviso”, a polícia, com instrumentos de trabalho diferentes dos operários, dirigem-lhes balas “em todas as direções”, morrendo nove operários (inclusive duas crianças), cinco foram “dados como desaparecidos”. Também morreu um soldado da polícia. Os feridos foram recolhidos a um colégio, e os mortos, exalando mau cheiro, só foram sepultados no entardecer de 5 de julho, com recursos dos comerciantes, “já que as autoridades não tomaram providência”. (Barbosa, 1994: 256).

ANÁLISE: Cornélio Ramos realça a culpa da polícia: envolvida com “jagunços” e atacando covardemente os operários. Ao citar o número exato de trabalhadores (86), indica a atitude imprudente da polícia; inflaciona o número de mortos, dobrando o número de crianças vitimadas; denomina diretamente de “criminosos” os que perpetraram a chacina, desvinculando deles o

restante da população (os que cuidaram dos feridos). Leão, bem no início, deixa transparecer que os “turmeiros” também pretendiam tocaiá a polícia, o que não se concretizou pela astúcia do alferes; mostra que a polícia, ajudada por “paisanos” (não jagunços!) deu oportunidade aos “turmeiros” de se entregarem, ela só agiu quando foi atacada, a informação de que os trabalhadores viajavam desprotegidos tem a função de explicar o número de mortos; omite a quantidade exata de mortos. Barbosa demoniza bastante a polícia e romantiza os trabalhadores, causando comoção no leitor, informa sobre “desaparecidos”, sugerindo, talvez que foram mortos; indigna mais ainda o leitor ao relatar o descaso das autoridades para com os mortos.

Conclusão:

As três narrativas contam a mesma história, mas a escolha das palavras, o uso dos adjetivos, a omissão ou o realce de pequenas informações interferem na interpretação do texto. Numa leitura rápida, sem reflexão, o leitor sentirá emoções diferentes: indignação em relação à polícia ao ler Ramos, muita indignação ao ler Barbosa e menos ao ler Leão. As três descrições demonstram que os chamados “narrativistas” estão corretos, ao afirmarem que o “texto” revela valores do autor e da época em que viveu; demonstram também a pertinência da moderna teoria da linguagem (principalmente de Foucault), ao afirmar que as palavras possuem um teor performativo e, por isso, considerá-las como algo neutro seria ingenuidade metodológica. Ninguém conta uma história por contar, sempre espera incitar uma atitude no leitor. Mesmo, na narrativa de uma catástrofe, algo por si só chocante, é possível “orientar” os sentimentos de quem lê, confirmando a pressuposição de Hayden White¹⁵ de que não existiriam fatos intrinsecamente trágicos, mas dependem da orientação que lhes é dada pelo historiador¹⁶. Isso não significa que o autor seja totalmente consciente e que todos os detalhes sejam premeditados: é provável que nem Leão ou Ramos percebessem a coerência figurativa que o uso respectivo de “Santa” e “Sana” teria com “viúva” e “amante” e com todo o resto da trama. Na narrativa, assim como no cinema, nada é sem sentido.

Bibliografia:

- BARBOSA, Juarez Costa, "Parte III" In. BARBOSA e outros. *História política de Catalão*. Goiânia, UFG, 1994. p. 211-281.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GINZBURG, Carlo. "O extermínio dos judeus e o princípio da realidade". In. MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 210-230.
- RAMOS, Cornélio. *Catalão de Ontem e de Hoje*. Catalão: edição do autor, 1984.
- RICOEUR, Paul. *Do texto a ação*. Porto: Res Editora, 1989.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1995.

¹⁵ White (1995) defende que o historiador inicialmente se depara com a "crônica" de eventos, isto é, quando estão organizados apenas pela sucessão temporal; ao transformá-la em "estória", com início, meio e fim, ele escolhe uma das estratégias de elaboração de enredo (romance, comédia, sátira e tragédia), um modo de explicação (formista, organicista, mecanicista e contextualista) e se filia a uma das dimensões ideológicas (conservadora, liberal, radical e anarquista). A combinação desses modos explica o tropo dominante presente na obra do historiador, que pode ser a metáfora, a metonímia, a sinédoque ou a ironia.

¹⁶ Uma exceção a essa postura dos "narrativistas" é o Holocausto. Rüsen (2001: 172), por exemplo, admite que "as formas historiográficas de narração adequada a essa realidade ainda não foram encontradas"; Ginzburg (2005: 210-230) analisou o embaraço de Hayden White diante do Holocausto.